

MÉDIO ORIENTE

WHALID PHARES, THE COMING REVOLUTION – STRUGGLE FOR FREEDOM IN THE MIDDLE EAST

Nova York, Threshold Editons, 2010, 383 pp.

O Médio Oriente é, desde a queda do Império Otomano, palco de uma intensa luta entre duas correntes ideológicas que determina o cenário geopolítico da região: os reformadores, que pretendem a modernização e desenvolvimento dos estados através da criação e consolidação de sociedades democráticas; e os islamitas, que pretendem a instauração de um califado, a longo prazo global, bloqueando qualquer forma de governo ou identidade que contradiga este objectivo. É com base neste argumento que Whalid Phares, libanês residente nos Estados Unidos e comentador da cadeia televisiva Fox News, constrói a obra *The Coming Revolution – Struggle for Freedom in the Middle East*, onde analisa as dinâmicas que poderão estar na origem de um movimento revolucionário no Médio Oriente e de uma alteração estrutural na região.

A obra gira em torno de duas dinâmicas que, na opinião do autor, se encontram

em permanente competição: por um lado, a promoção da democracia; e, por outro, a promoção do califado global. No que concerne à primeira, Phares considera que, no Médio Oriente, foram desperdiçadas três importantes janelas históricas para a instauração de regimes democráticos: (i) o pós-II Guerra Mundial, já que durante a segunda metade do século XX, em lugar de revoluções liberais conducentes a regimes políticos assentes na participação popular, ocorreram diversos golpes de Estado, de matriz nacionalista, que levaram ao poder regimes autoritários e repressivos; (ii) o pós-fim da Guerra Fria, porque enquanto a democracia proliferava na América Latina e na Europa Central, o Médio Oriente assistia a uma maior penetração de forças jihadistas – com a competição entre salafitas e seguidores da teocracia iraniana, a radicalização da cultura política e a alienação das minorias, mulheres e jovens; e, finalmente, (iii) o pós-11 de Setembro de 2001, quando a intervenção militar americana e aliada derubou «dois dos regimes mais brutais» da região e provocou um «choque nas fundações do sistema regional autoritário». Ainda no que concerne ao contexto polí-

tico, Phares salienta que em todo o Médio Oriente existe uma estrutura política semelhante, em que no topo da hierarquia está o líder político, seguido pelos movimentos islamitas, em constante desafio ao *status quo*, e tendo na base as sociedades civis, impedidas de aceder aos mais básicos instrumentos de participação política.

No que diz respeito ao conceito de califado, o autor salienta duas dimensões fundamentais: uma de natureza teológica e legal, segundo a qual o califado consiste na estrutura de apoio ao líder espiritual da comunidade dos crentes (*Ummah*), comparável ao papado; e uma de natureza geopolítica, que consiste no conjunto do território, e dos seus recursos, coberto pela autoridade do califa. O califado é, no quadro do argumento de Phares, entendido como uma instituição religiosa, política e militar, geradora e legitimadora da autoridade do líder, e cuja contestação implica uma verdadeira revolução no pensamento político do islão. Na obra, o autor desenvolve as raízes históricas do conceito, bem como as suas implicações numa aplicação à actualidade, designadamente de legitimação da chamada *jihād*. Com base nestes pressupostos, Phares considera que um dos elementos que explica a ausência de regimes democráticos no Médio Oriente assenta na inexistência, até ao século XX, de um movimento revolucionário interno que contestasse a centralidade do califado na cultura política do islão. Por outro lado, salienta que se existem semelhanças entre o poder cristão e islâmico – entre o papado e o califado – existe também uma diferença fundamental: no «império islâmico» não existiram

reformas ou revoluções, ao longo da história, que transformassem um império religioso em sociedades plurais e seculares.

Sem a preocupação do registo académico, e com uma investigação assente, essencialmente, nas actividades do autor em *think-tanks* e fóruns de debate, em particular promovidos por muçulmanos a residir no Ocidente, Walid Phares percorre, ao longo da obra, as experiências no Afeganistão, Iraque, Líbano, Síria, Irão, Sudão e Magrebe, defendendo a existência de movimentos pró-democracia em todos estes contextos que, se apoiados pela comunidade internacional, poderão construir, com sucesso, verdadeiras sociedades democráticas no Médio Oriente.

Trata-se de uma obra muito actual e adequada à compreensão das dinâmicas políticas que se vivem no designado Grande Médio Oriente.

**MEHRAN KAMRAVA,
THE MODERN MIDDLE EAST**

2.^a edição, Berkeley, University of California Press, 2011, 520 pp.

Dizia Heródoto (484 a. C.-425 a. C.), geógrafo e historiador grego, que é necessário «pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro». É na senda deste princípio que Mehran Kamrava, académico de origem iraniana da Universidade Georgetown, estruturou a obra *The Modern Middle East*, publicada pela primeira vez em 2005 e reeditada, com actualizações, no início de 2011.

Kamrava organiza a obra em duas secções: história política do Médio Oriente; e prin-

cipais desafios que se colocam à região no século XXI. No que concerne à história política, e referindo que se centra no período contemporâneo, o autor começa por remeter ao século VII e ao nascimento do islão para sustentar a definição de Médio Oriente, de acordo com algumas características partilhadas: língua, etnicidade, religião e herança histórica. O autor argumenta que foram divisões resultantes destes elementos que originaram importantes conflitos na região e constituem, ainda na actualidade, catalisadores de lealdades e mobilizadores de movimentos políticos de base subnacional. Seguindo uma narrativa histórica, Kamrava dá particular enfoque ao período entre as duas guerras mundiais, fundamental para a compreensão da construção dos actuais estados da região. O autor considera que após a queda do Império Otomano e o período de colonialismo europeu, o Médio Oriente não estava preparado para enfrentar o ambiente de competição internacional, ao qual tinha de responder com um rápido crescimento económico e industrial, fundamental para satisfazer as crescentes aspirações nacionalistas das populações. Assim, o autor sintetiza este capítulo considerando que a história política do Médio Oriente, clássica e moderna, tem sido caracterizada pelo aparecimento e queda de grandes poderes, por um domínio colonial, pela criação de novos estados com base em movimentos nacionalistas e por um desenvolvimento económico e político profundamente desigual. É com base nestes princípios que Kamrava identifica os três principais desafios que se colocam ao Médio Oriente no sécu-

lo XXI: o conflito israelo-palestiniano; o desenvolvimento económico; e a promoção de regimes democráticos.

No que concerne ao conflito israelo-palestiniano, Mehran Kamrava considera que ocupa um papel central na promoção de instabilidade e conflitos regionais. Para o autor, trata-se de um conflito em que o conceito de identidade, de cada uma das comunidades envolvidas, está em permanente competição, sendo a ligação ao território um factor fundamental da construção dessa mesma identidade. Este factor não só dificulta a prossecução do processo de paz, como acaba por envolver outras comunidades que partilham valores identitários, à escala global.

Um segundo desafio reside no desenvolvimento económico. O autor considera que a região se depara, actualmente, com as consequências negativas de uma revolução industrial acelerada, designadamente um crescimento populacional descontrolado, a escassez de recursos hídricos e elevados índices de poluição.

Finalmente, no que diz respeito à consolidação política e promoção de regimes democráticos, Kamrava refere que, historicamente, no centro das relações entre Estado e sociedade no Médio Oriente está um constante regateio assente em três pressupostos: a garantia, pelo Estado, da segurança nacional e física dos cidadãos; o provimento estatal de bens e serviços essenciais, enquanto *trade off* pela ausência de responsabilização das elites; e, quando necessário, o recurso, pelo Estado, à repressão enquanto instrumento de manutenção do poder. Porém, o autor salienta que a inserção internacional da região,

resultado do processo de globalização, traz importantes alterações a estas premissas e origina uma pressão no sentido da liberalização política e reforço dos movimentos populares de apoio à democracia, em detrimento dos poderes conservadores e autoritários.

Mehran Kamrava conclui referindo que são questões económicas, sociais e políticas, decorrentes de eventos históricos, que determinam, actualmente, os comportamentos dos diversos actores do Médio Oriente, designadamente o recurso à violência política. Apesar de se manterem algumas constantes regionais, os desafios de hoje são diferentes dos do passado, desde logo porque, para além da consolidação política, incluem o desenvolvimento económico, progresso científico, a competitividade global e a melhoria da qualidade de vida das populações.

BRYANT WRIGHT, SEEDS OF TURMOIL – THE BIBLICAL ROOTS OF THE INEVITABLE CRISIS IN THE MIDDLE EAST

Nashville, Thomas Nelson, 2010, 222 pp.

Poderá a decisão de um só homem marcar, definitivamente, o rumo da Humanidade? Bryant Wright, pastor de uma igreja baptista em Atlanta, acredita que sim. Na obra *Seeds of Turmoil – The Biblical Roots of the Inevitable Crisis in the Middle East*, Wright considera que a conflitualidade no Médio Oriente tem origem não na criação do Estado de Israel, em 1948, mas nos tempos bíblicos e pode ser encontrada numa escolha de Abraão: ao contrariar, por sugestão da mulher Sarah,

a vontade de Deus (de que ambos teriam um filho e este estaria na origem de uma «grande nação») e conceber o seu primeiro descendente, Ismael (que mais tarde teria como descendente Maomé), com a escrava Hagar. Para o autor, tal «pecado» determinou a História do Médio Oriente.

Conta o livro de Génesis que Deus prometeu a Abraão, em troca da sua profunda fé, uma descendência de futuro grandioso com a sua esposa Sarah. Porém, já com idade avançada, Abraão e Sarah permaneciam sem filhos, pelo que Sarah sugeriu ao marido procurar descendência com a sua escrava Hagar. Desta relação nasce Ismael e uma profunda rivalidade entre as duas mulheres. Mais tarde, contra todas as expectativas, Sarah dá à luz o filho prometido por Deus, Isaac, que seria o patriarca do povo hebraico. Com ele, nasce uma rivalidade entre os dois homens e, posteriormente, entre duas interpretações teológicas.

Neste livro, o pastor Bryant Wright procura sustentar, através da interpretação dos textos bíblicos, que a rivalidade entre Isaac e Ismael, e todos os eventos que lhe sucederam, têm consequências na actualidade, designadamente na conflitualidade existente entre o Estado de Israel e os países árabes vizinhos. No mesmo sentido, também a relação com o Irão, que o autor considera ser «a maior ameaça a Israel e à paz no Médio Oriente», pode ser justificada pelo Antigo Testamento, designadamente as relações entre o Império Persa e o povo judeu.

O argumento de Bryant Wright assenta no facto de Abraão, e dos seus descendentes, constituírem um elemento de importância

fundamental para as três religiões mono-teístas – judaísmo, cristianismo e islamismo, às quais dedica os três últimos capítulos da obra – e destas constituírem um elemento essencial nas sociedades que as professam.

A obra *Seeds of Turmoil*, narrada em tom de pregação aos fiéis, é, naturalmente, um exercício de interpretação teológica, que nos esclarece sobre os termos de argumentação de algumas correntes do conservadorismo cristão, face ao conflito no Médio Oriente.

**MARGARIDA SANTOS LOPES,
NOVO DICIONÁRIO DO ISLÃO
– PALAVRAS, FIGURAS E HISTÓRIAS**

2.^a edição, Lisboa, Casa das Letras, 2010

Poucas são as obras publicadas por autores portugueses sobre o islão, e menos as que têm como preocupação central esclarecer conceitos e clarificar mitos. O *Novo Dicionário do Islão – Palavras, Figuras e Histórias*, da autoria da jornalista Margarida Santos Lopes, é uma delas e, por isso, uma referência. Trata-se da reedição da obra publicada, pela primeira vez, em 2002, com um esforço de inclusão de um mais vasto número de conceitos, personalidades e referências históricas. Com prefácio de Jorge Sampaio, esta é uma obra que define como objectivo fundamen-

tal «contribuir para descodificar uma religião que nasceu há 1400 anos – em 610 da era cristã –, mas ainda provoca desconfiança». Nas palavras do antigo Presidente da República e alto-representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, trata-se de uma compilação que «aparece no momento oportuno, numa altura em que crescem, na Europa, sinais inquietantes de uma recrudescência de atitudes e comportamentos que se designam, recorrendo a um neologismo que alguns consideram pouco feliz, de “Islamofobia”». Porque é um dicionário – «que por isso não se lê, mas consulta-se» –, adopta um registo eminentemente pedagógico e acessível, sem cair em simplificações, tendo por isso a capacidade de chegar a um público potencialmente mais vasto.

Tendo como ponto de partida a interrogação «Porque é que o islão atrai e amedronta?», a autora lista várias centenas de conceitos, personalidades, eventos históricos e lendas, que procura esclarecer tendo como base uma extensa lista bibliográfica (útil a quem pretende aprofundar os conhecimentos) e informações obtidas em entrevistas a 30 especialistas na temática do islão.

O *Novo Dicionário do Islão – Palavras, Figuras e Histórias* é, por isso, uma obra a consultar, para esclarecer dúvidas e inquietações.

■ ANA SANTOS PINTO

HISTÓRIA

**MATIAS SPEKTOR (ORG.),
AZEREDO DA SILVEIRA. UM DEPOIMENTO**
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2010, 398 pp.

Entre Maio de 1979 e Março de 1982 o antigo ministro das Relações Exteriores do Governo Geisel (1974-1979) e então embaixador do Brasil em Washington, António Azeredo da Silveira, concedeu uma longa entrevista ao Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (Cpdoc/FGV) no Rio de Janeiro. Ao contrário dos seus antecessores e sucessores, Azeredo da Silveira não legou um diário ou um livro de memórias completo que servisse de guião para o estudo sistemático da sua actuação diplomática e do vasto arquivo pessoal depositado no Cpdoc. Neste contexto, o seu testemunho oral constitui um instrumento ímpar para a compreensão da acção de um dos diplomatas mais polémicos e audazes que passaram pelo Itamaraty e de um momento determinante da política externa brasileira no século XX. O livro, recentemente publicado sob a chancela da FGV, resulta da transcrição e edição do registo oral cuja consulta até então só era possível se realizada presencialmente no Cpdoc.

Enquanto ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira implementou uma política externa que pretendia ampliar a concepção do interesse nacional e concorrer para o projecto nacional-desenvolvimentista. Apesar de crítico da rigidez da ordem internacional, Silveira identificava um conjunto de oportunidades para que o Brasil alterasse a sua posição no sistema. Para o então chanceler, o poder de um país

não poderia ser medido apenas pela sua capacidade material mas também pelas suas ideias. Daí ter constantemente afirmado que cabia à diplomacia projectar o Brasil à frente do seu tempo ao executar uma acção externa ambiciosa e hábil. Apesar do livro se centrar nos cinco anos em que Azeredo da Silveira esteve à frente do Itamaraty (1974-1979), abrange as quatro décadas da sua carreira diplomática contribuindo para uma melhor compreensão do seu percurso individual e para a história da política externa brasileira na segunda metade do século XX.

A obra em análise foi organizada por Matias Spektor, que teve a difícil tarefa de preservar o estilo irreverente e arguto do discurso oral de Azeredo da Silveira e ao mesmo tempo elaborar um livro cuja leitura fosse coerente e fluida para o leitor. Para tal, Spektor introduziu as notas explicativas necessárias, uma lista das personagens citadas, uma cronologia, um índice onomástico e uma bibliografia de apoio, além de fotos que ilustram os principais assuntos tratados. A completar esta edição existe uma página na internet onde o leitor pode encontrar informação suplementar sobre a obra, o entrevistado e o organizador (<http://silveiradepoimento.com.br/site/>).

**TÚLIO SÉRGIO HENRIQUES FERREIRA,
O UNIVERSALISMO E SEUS
DESCONTENTES. A POLÍTICA EXTERIOR
DO BRASIL NO GOVERNO FIGUEIREDO
(1979 A 1985)**

Curitiba, Juruá, 2009, 163 pp.

A política externa do último governo da ditadura militar brasileira, presi-

dido por João Baptista Figueiredo (1979-1985), tem recebido uma maior atenção à medida que a consulta da documentação oficial se tem vindo a tornar gradualmente disponível. Trata-se de um período de mudanças políticas, económicas e sociais profundas na história do Brasil contemporâneo, que conduziu ao processo de transição para a democracia e de revisão do modelo de desenvolvimento e de inserção internacional do país.

O fim do ciclo de prosperidade económica, iniciado durante o Governo Geisel (1974-1979) e agravado ao longo da presidência de Figueiredo – com a recessão económica mundial e a crise da dívida externa – pôs termo ao consenso existente entre as bases do regime e evidenciou dissensões quanto às políticas a seguir. O livro de Túlio Sérgio Henriques, resultado da sua dissertação de mestrado, explora estas divisões no que diz respeito à formulação e à implementação da diplomacia brasileira, uma área de acção do executivo tradicionalmente entendida como alheia às disputas políticas internas e pautada por uma tradição de continuidade entre os sucessivos governos.

A política externa implementada pelo chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro (1979-1985), conhecida por universalismo, procurou aprofundar a inserção internacional brasileira através de relações comerciais mais amplas e de uma crítica sistemática à rigidez do sistema internacional, em continuidade com as posições adoptadas pelo seu antecessor no Itamaraty, António Azeredo da Silveira. A diferença é que Saraiva Guerreiro teve de lidar com uma conjuntura interna e externa bem mais

adversa e que exigiu o reajuste dos objetivos traçados. O trabalho de Túlio Ferreira demonstra que o universalismo não reunia consenso em Brasília e identifica quais as vozes dissonantes ao analisar o debate entre os seus críticos e defensores. Da sua análise resulta um conhecimento mais profundo sobre as divisões existentes entre as direitas do regime, sobre os debates travados e as propostas alternativas ao universalismo. Não menos importante é a confirmação de que mesmo durante a ditadura militar a política externa foi alvo do escrutínio civil, o que permite questionar a ideia de continuidade e consenso como linha de força da acção do Ministério das Relações Exteriores brasileiro.

**JERRY DÁVILA, HOTEL TRÓPICO.
BRAZIL AND THE CHANGE OF AFRICAN
DECOLONIZATION. 1950-1980**

Londres, Duke University Press, 2010, 321 pp.

Foi a partir do Hotel Trópico, inicialmente um dos melhores estabelecimentos da capital angolana e por fim dos poucos que permaneceram abertos enquanto a cidade mergulhava na guerra civil, que o diplomata brasileiro Ovídio de Andrade Melo começou a exercer, contra todas as adversidades, as suas funções em Luanda. A passagem de Ovídio por Angola coincidiu com uma das mais polémicas e audazes decisões da diplomacia brasileira: o reconhecimento do MPLA como legítimo representante do Estado angolano.

A escolha de Jerry Dávila para o título do livro é plena de significados. Em Angola a diplomacia brasileira consumou uma gradual e consistente reaproximação do

país ao continente africano, constatou as potencialidades e os condicionalismos desta relação bilateral e da estratégia de inserção internacional que vinha sendo executada pelo Itamaraty. Ao considerar a evolução das posições adoptadas por Brasília face ao processo de descolonização africano, Dávila ultrapassa o estudo das linhas de força da política externa brasileira e propõe uma reflexão profunda sobre o comportamento das elites e sobre o pensamento racial brasileiro. Da obra de Gilberto Freire às visitas de Estado ao continente africano, o autor analisa a acção de gerações de intelectuais, políticos e diplomatas que tiveram um papel activo no reencontro do Brasil com África e na reflexão sobre a identidade nacional e internacional do país.

Ao centrar o seu trabalho no desempenho dos diplomatas brasileiros o autor não só revela o funcionamento de parte privilegiada da burocracia estatal mas também o modo como as elites brasileiras – de onde provinham os quadros diplomáticos – percebiam o seu lugar no mundo. Uma das conclusões é a de que o lusotropicalismo, o mito da democracia racial, a lusofilia, a crença no país enquanto potência emergente e o nacional-desenvolvimentismo, constituíram um substrato político-ideológico que influenciou a política africana do Itamaraty e que reforçou junto das elites brasileiras a ideia de que o Atlântico Sul, nomeadamente as relações com África, constituíam uma prioridade geoestratégica para o Brasil. Esta interpretação assentava na concepção de uma identidade nacional híbrida – plena de contradições – que permitia legitimar as aspirações do país

enquanto parceiro privilegiado do continente africano e como interlocutor entre o hemisfério norte e o hemisfério sul.

A obra de Jerry Dávila demonstra como a questão da raça e do imperialismo influenciou a formulação da política africana do Itamaraty e como esta concorreu para uma estratégia de inserção internacional mais ampla e independente. Em certa medida, a aposta em África deveria confirmar a ascensão do Brasil ao estatuto de potência e constituir parte de uma resposta autónoma aos desafios colocados pela Guerra Fria. Paradoxalmente, foi no continente africano que o confronto bipolar evidenciou com mais clareza as limitações do modelo de desenvolvimento e de inserção internacional adoptado por Brasília.

**HAL BRANDS,
LATIN AMERICA'S COLD WAR**

Londres, Harvard University Press, 2010, 385 pp.

A presente obra analisa a Guerra Fria na América Latina a partir da dinâmica estabelecida entre os actores domésticos e as forças internacionais, procurando apreender a importância dos factores endógenos para a história do conflito bipolar no subcontinente. Desse modo, Hal Brands recusa uma interpretação simplista e polarizada que interpreta a Guerra Fria na América Latina como o resultado da acção das direitas locais, apoiadas por Washington, contra os movimentos populares – maioritariamente de esquerda – ou que reduz a acção americana à promoção e defesa da democracia num continente politicamente instável e sob o risco de cair na órbita soviética.

Um dos méritos do trabalho de Brands é demonstrar que o estudo da Guerra Fria na América Latina deve conjugar as influências dos factores locais, regionais e globais, procurando estabelecer uma visão internacional e multilateral do conflito. Ao refutar uma interpretação da ordem bipolar centrada no confronto entre os Estados Unidos e a URSS, e ao privilegiar a análise de novos actores e espaços geográficos, assim como as consequências a médio e longo prazo do conflito Leste-Oeste, o autor desloca o estudo da Guerra Fria para além do eixo Washington-Moscovo ou de uma sucessão de eventos isolados.

Na América Latina como em outros continentes, a Guerra Fria resultou de conflitos de natureza política, social, geoestratégica e também ideológica, cujas repercussões fazem sentir-se até hoje. Por isso o autor enfatiza que os factores endógenos são por vezes mais eficazes para explicar a violência e a polarização política vivida durante a Guerra Fria do que apenas a clivagem capitalismo *versus* comunismo.

Desse modo, Brands questiona o impacto da transferência do confronto Leste-Oeste para o eixo Norte-Sul e introduz um novo elemento de complexidade ao evidenciar que muitos dos conflitos atribuídos à ordem bipolar tinham na sua origem questões locais que foram potencializadas.

O livro de Hal Brands é inovador ao demonstrar que os actores latino-americanos foram co-responsáveis pela formulação da sua política interna e externa e, por conseguinte, pelo curso da Guerra Fria no subcontinente. Existiu uma relação de dois sentidos, ainda que desigual, entre o centro e a periferia do sistema que revela como a segunda exerceu um papel mais actuante do que frequentemente tem sido sugerido. Ao propor uma interpretação mais matizada e complexa, Hal Brands dá um importante contributo para desarticlar as leituras que sugerem ter havido uma vitória moral do capitalismo sobre o comunismo ou que atribuem à Guerra Fria uma acepção forçosamente negativa.

■ THIAGO CARVALHO